

BIODIVERSIDADE

FHC apressa definição de nova política ambiental

Patrícia Cunegundes
de Brasília

O governo Fernando Henrique Cardoso espera chegar ao fim

do mandato com uma política nacional de biodiversidade pronta. Técnicos do Ministério do Meio Ambiente (MMA) trabalham há três anos no projeto, que será discutido hoje em audiência pública na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados. No dia 4 de julho ocorrerá a última reunião de avaliação do projeto, que em seguida será encaminhado à

Casa Civil. O Palácio do Planalto deve implementar a política por meio de um decreto mas caberá ao próximo governo definir estratégias e

os recursos para colocá-las em ação. "O projeto não nasceu conosco e não é

definitivo. A política não pertence ao ministério, é da sociedade", afirma o secretário de Biodiversidade e Florestas do MMA, José Pedro de Oliveira Costa, responsável pela elaboração da política.

O documento, que será concluído com o aval de parlamentares envolvidos com a questão econômico-ambiental, como os senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Marina Silva (PT-AC), contempla as exigências da Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada durante a Rio 92.

Seis eixos temáticos

A política foi elaborada em torno de seis eixos temáticos: conhecimento da biodiversidade; conservação da biodiversidade; utilização sustentável dos componentes; repartição dos benefícios; desenvolvimento científico e tecnológico; e informação, educação e sensibilização pública.

O projeto prevê a criação de um programa nacional de inventários biológicos integrados, o apoio à criação de centros de pesquisa, ao estudo sobre biodiversidade em áreas com maiores níveis de degradação e à obtenção de matrizes e germoplasmas de espécies ameaçadas de extinção, além de estabelecer a expansão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a implantação de sistemas de monitoramento permanente da biodiversidade biológica e de espécies vulneráveis, o desenvolvimento de programas de biopros-

pecção e a promoção de opções de negócios e mercados com base no uso sustentável da biodiversidade.

Repartir benefícios

No que diz respeito à repartição dos benefícios – um dos pontos mais polêmicos e discutidos da política elaborada pelo governo –, o projeto sugere a criação de uma lei específica que preserve os direitos e a participação das comunidades indígenas e tradicionais nos benefícios do uso comercial do conhecimento sobre biodiversidade para a redução de conflitos e a compatibilização de interesses.

Decreto

estabelecerá as bases e o próximo governo trabalhará na implementação

De acordo com o texto entregue aos parlamentares e que será apresentado formalmente hoje, a intenção é desenvolver estudos, instrumentos econômicos e legislação que possibilitem a devida compensação financeira para os detentores dos chamados conhecimentos tradicionais.

O secretário de Biodiversidade e Florestas considera que o País tem um papel importante na implementação de uma política forte para o setor, em função de abrigar a maior biodiversidade do planeta – entre 15% e 20% de toda a diversidade biológica mundial está aqui. Mas admite a dificuldade de aplicação das ações. "Somos um país de dimensões continentais", justifica. Além disso, destaca a falta de recursos financeiros e humanos como entrave na implementação do programa.

O secretário de Biodiversidade e Florestas considera que o País tem um papel importante na implementação de uma política forte para o setor, em função de abrigar a maior biodiversidade do planeta – entre 15% e 20% de toda a diversidade biológica mundial está aqui. Mas admite a dificuldade de aplicação das ações. "Somos um país de dimensões continentais", justifica. Além disso, destaca a falta de recursos financeiros e humanos como entrave na implementação do programa.